



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

**LEI N° 10.766, de 05 de novembro de 2025.**

**Altera redação do §2º constante do art. 12, da Lei nº 8.218/18 e dá outras providências**

André Luis de Oliveira Selistre, Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, com fulcro no Art. 44, §6º da Lei Orgânica Municipal

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do §2º, constante do art. 12, da Lei nº 8.218/18, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

§1º. ....

§2º. O pagamento será feito à família no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do deferimento do pedido, mediante comprovante da execução do serviço, nota fiscal da prestação de serviço, constando a chave pix ou conta corrente da empresa, para crédito direto à prestadora de serviço.

§3º. ....”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Av. Borges de Medeiros, 602 Fone: (51) 3662 3555 – Cep. 95.500-000

“Doe Órgãos, doe sangue: Salve vidas”  
“Crack: A Pedra da Morte.”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data e sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de novembro de 2025.

  
**Ver. André Luis de Oliveira Selistre**  
**Presidente do Legislativo Patruhense**

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA**  
**PATRULHA**

---

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
LEI Nº 10.766, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025

**LEI Nº 10.766, de 05 de novembro de 2025.**

Altera redação do §2º constante do art. 12, da  
Lei nº8.218/18 e dá outras providências

André Luis de Oliveira Selistre, Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha, com fulcro no Art. 44, §6º da Lei Orgânica Municipal  
FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do §2º, constante do art. 12, da Lei nº 8.218/18, passando a vigor com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

§1º. ....

§2º. O pagamento será feito à família no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do deferimento do pedido, mediante comprovante da execução do serviço, nota fiscal da prestação de serviço, constando a chave pix ou conta corrente da empresa, para crédito direto à prestadora de serviço.

§3º. ....”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data e sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de novembro de 2025.

***VER. ANDRÉ LUIS DE OLIVEIRA SELISTRE***

Presidente do Legislativo Patruhense

**Publicado por:**  
Rossano Policarpo Braga  
**Código Identificador:**F55726EF

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 06/11/2025. Edição 4200  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>